

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

REMANESCENTES DE QUILOMBOS NA REGIÃO DE MORRO ALTO - RS: CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA FÍSICA DO RECONHECIMENTO DAS ÁREAS OCUPADAS

Cíntia Beatriz Muller, Nina Simone Vilaverde Moura Fujimoto

Rodrigo de Azevedo Weimer

Boletim Gaúcho de Geografia, 30: 8-21, out., 2006.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37479/24221>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - out., 2006

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

REMANESCENTES DE QUILOMBOS NA REGIÃO DE MORRO ALTO - RS: CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA FÍSICA NO RECONHECIMENTO DAS ÁREAS OCUPADAS

Cíntia Beatriz Muller¹
Nina Simone Vilaverde Moura Fujimoto²
Rodrigo de Azevedo Weimer³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar a contribuição da Geografia Física na elaboração do relatório técnico sobre o reconhecimento da Comunidade Negra de Morro Alto, localizada no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O relatório da comunidade foi realizado por um grupo de pesquisadores através de estudos e levantamentos históricos, antropológicos e geográficos necessários ao cumprimento do disposto constitucional que garante a demarcação e titulação das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombo. Com base em relatos da história oral e documental, a equipe reconstruiu a ocupação histórica da comunidade e suas relações com a área ocupada. A contribuição do conhecimento geográfico teve abrangência ampla, atendendo demandas do grupo, tais como: na análise de documentos cartográficos; na interpretações de toponímias e/ou conceitos geográficos emitidos em relatos da história oral; na elaboração da base cartográfica e de mapas temáticos e, na delimitação da área pleiteada pela comunidade de Morro Alto. A contribuição mais específica do conhecimento geográfico centrou-se na análise das alterações ambientais diante dos tipos de apropriação da natureza pelos diferentes grupos sociais identificados na área de estudo. A análise dos espaços degradados reflete uma profunda exclusão social e econômica no âmbito local da comunidade negra com a natureza.

Palavras-chave: remanescente de quilombo, exclusão social, região de Morro Alto.

QUILOMBO REMNANTS IN MORRO ALTO REGION- RS, BRAZIL. CONTRIBUTION OF PHYSICAL GEOGRAPHY IN THE RECOGNITION OF OCCUPIED AREAS

Abstract

This paper presents the contribution of physical geography to the technical reports that subsidized the recognition of the afro-descendent community of Morro Alto – located in the

¹ Doutoranda em Antropologia Social - IFCH/UFRGS - revla@terra.com.br

² Professora do Departamento de Geografia - IGEO/UFRGS - nina.fujimoto@ufrgs.br

³ Mestrando em Antropologia Social - IFCH/UFRGS - rodrigow@plug-in.com.br

BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA	PORTO ALEGRE	N.º 30	P. 8-21	OUT. 2006
-----------------------------------	--------------	--------	---------	-----------

Northern Coastal Region in Rio Grande do Sul, Brazil. This report was elaborated by a group of researchers that employed historical, anthropological and geographical methods and surveys. These studies were necessary to fulfill the constitutional act that guarantees land delimitation and deeds for the areas that are occupied by remnant communities of ancient quilombos. Based on oral history interviews and documentation, the team reconstructed the historical occupation of this community and its relations with the occupied area. The geographical contribution was very important resulting in analyses of cartographic documents; in the interpretation of toponymy and/or of geographical concepts found in oral history interviews; in the elaboration of a cartographic base and of thematic maps as well as in the delimitation of the area being petitioned by the Morro Alto community. The most specific contribution of geographical knowledge was the analysis of the environmental alterations related to the appropriation of nature by the different social groups identified in the studied area. The analyses of degraded areas reflect the profound social and economical exclusion of the afro-descendent community, in its relation to nature.

Key-words: *remnant quilombo, social exclusion, region of Morro Alto*

1. Introdução

A demarcação e titulação das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombo foi garantida no Estado brasileiro com a Constituição Federal de 1988. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT dispõe que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Segundo as disposições institucionais são considerados remanescentes de comunidades de quilombos aquelas populações que guardem vínculo histórico e social com antigas comunidades formadas por escravos e ex-escravos, que lograram manter-se livres durante a vigência das leis escravistas do país. Para tanto, o reconhecimento, a identificação e a delimitação das áreas pelos interessados no direito de propriedade deve, além das características étnicas e raciais, apresentar um histórico de ocupação e elementos comprobatórios de vínculo para legitimar a sua titulação definitiva. Essa categoria ‘remanescente de quilombos’ invoca uma identidade histórica, mas que “corresponda a uma forma atual de existência capaz de realizar-se a partir de outros sistemas de relações que marcam seu lugar num universo social determinado”, (O’DWYER, 2002:14).

Para o cumprimento do disposto no artigo 68 do ADCT são necessários estudos e levantamentos históricos, antropológicos e cartográficos. Nesse sentido, desenvolver pesquisas sobre comunidades negras que pleiteiem o status de ‘remanescente de quilombos’ implica confluência de múltiplos campos de saberes. E foi a partir dessa premissa que a equipe de pesquisa que desenvolveu o relatório histórico, antropológico e geográfico sobre o reconhecimento da Comunidade Negra de Morro Alto se compôs. Com a colaboração de profissionais da antropologia, da história e da geografia envolvidos em uma atividade de pesquisa que implicava constantes diálogos entre disciplinas, entre campos de saberes. O

trabalho final produzido por essa equipe intitula-se “Comunidade Negra de Morro Alto: historicidade, identidade, territorialidade e direitos constitucionais” (BARCELLOS, 2002).

O presente artigo tem como objetivo apresentar a contribuição da Geografia Física na elaboração do relatório técnico sobre o reconhecimento da Comunidade Negra de Morro Alto no Estado do Rio Grande do Sul. A área da comunidade abrange a localidade conhecida por Morro Alto e demais localidades que se encontram no seu entorno denominadas de Ribeirão, Espraiado, Faxinal do Morro Alto, Barranceira e Aguapés. Essa área situa-se na região do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, entre os limites políticos administrativos dos municípios de Osório e Maquiné.

O processo que culminou na elaboração do relatório sobre o reconhecimento da Comunidade Negra de Morro Alto teve início a partir da própria Comunidade em diálogo com o Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra -CODENE, vinculado ao Departamento de Cidadania da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social - STCAS do governo estadual. As partes envolvidas entenderam por bem pleitear junto ao governo federal seu status de ‘comunidade remanescente de quilombos’. Assim, no primeiro semestre de 2001, o governo federal, através da Fundação Cultural Palmares - FCP, vinculada ao Ministério da Cultura, e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul celebraram convênio para a realização do projeto “Identificação, reconhecimento, delimitação territorial, levantamento cartorial e demarcação de seis comunidades remanescentes de quilombos” no estado do Rio Grande do Sul. As áreas contempladas no estado do Rio Grande do Sul foram a das comunidades de Morro Alto, nos municípios de Osório e Maquiné, São Miguel e Martimianos em Restinga Seca, Arvinha e Vila Mormaça em Passo Fundo e, a demarcação das terras do quilombo de Casca no município de Mostarda, comunidade essa já reconhecida como remanescente de quilombos pelo governo federal.

A partir do contrato firmado passou-se para a composição das equipes de trabalho e, subsequente, a elaboração do relatório. A primeira etapa do estudo ocorreu através de trabalho de campo com a participação dos negros da comunidade de Morro Alto. Com base em relatos da história oral e documental a equipe de pesquisadores passou a reconstruir a ocupação histórica da comunidade. O método etnográfico, por sua vez, colaborou na compreensão das redes de significado desta mesma ocupação buscando resgatar as constantes remissões a esse passado de resistência ante ao racismo praticado pela sociedade branca. E, no decorrer da pesquisa implementada por historiadores e antropólogos, passou-se a questionar como poderia ser interpretado o processo histórico da construção da territorialidade e qual o significado que aquele lugar possui para os negros, a partir dos signos inscritos sobre o próprio território, sobre sua base física. Dessa forma surgiu a demanda da participação de um profissional capaz de

apreender as formas de apropriação da natureza pela comunidade e suas alterações e que, a partir dela, pudesse fornecer à equipe substrato para também compreender as expressões das relações sócio-econômicas do território. Por esses motivos, a participação de um profissional da geografia foi necessária visto que sua contribuição serviu para construir argumentos que reforçaram as narrativas resgatadas pela história oral, e relatos atuais sobre a compreensão que os moradores de Morro Alto possuem sobre seu próprio ambiente natural. Além de construir mais uma dimensão da história dos negros de Morro Alto, aquela inscrita na interação do homem e o ambiente com seu ritmo, tempo e espaço próprio.

Neste sentido, a contribuição do conhecimento geográfico na elaboração do relatório teve uma abrangência ampla, atendendo demandas de toda a equipe de trabalho, tais como: na análise de documentos cartográficos (mapas antigos); nas interpretações de toponímias e/ou conceitos geográficos emitidos em relatos da história oral; na elaboração da base cartográfica e de mapas temáticos e, na delimitação da área pleiteada pela comunidade de Morro Alto.

A contribuição mais específica da Geografia Física centrou-se na análise das características do meio físico e das alterações ambientais diante dos tipos de apropriação da natureza (uso do solo) pelos diferentes grupos sociais identificados na área de estudo. Essa análise foi realizada a partir da identificação das formas de relevo. O relevo, como os demais componentes da natureza, não pode ser entendido de modo isolado. Nesse sentido, a análise realizada de unidades do meio físico com base nas formas de relevo, compreende um estudo que engloba as diversas relações entre os componentes da natureza. Esse estudo integrado dos elementos da natureza proporciona uma avaliação da dinâmica da paisagem natural e, desse modo, possibilita construir referências as quais permitam identificar modificações na dinâmica diante do uso e da apropriação do território pelas atividades humanas.

Para melhor demonstrar essas contribuições segue uma síntese da constituição histórica da comunidade, da análise das potencialidades do meio físico e das alterações ambientais da área ocupada e pleiteada pela comunidade de Morro Alto.

2. Constituição Histórica da Comunidade de Morro Alto

O território por onde se estende a comunidade de Morro Alto corresponde, de forma abrangente, à extensão das fazendas do Morro Alto e de Aguapés, pertencentes às famílias Marques da Rosa e Osório Marques ao longo do século XIX. A apropriação destas terras por tais famílias se deu por meios diversos, como a aquisição, concessão de datas limítrofes entre si e ainda a extensão por meio de posse e ocupação, legalizada através da lei de terras de 1850. Constituíam a espacialidade das fazendas diversas casas grandes, senzalas, engenhos e atafonas,

onde se davam as atividades produtivas das fazendas, dentre as quais podemos citar o plantio e beneficiamento da cana-de-açúcar e a criação de gado.

Estas atividades – e também as lides domésticas, reservadas a negros de confiança – eram realizadas com base no trabalho escravo, de forma que, em paralelo à apropriação de terras por parte das famílias senhoriais, as mesmas eram ocupadas produtivamente por numerosos cativos que possuíam as especialidades de campeiros, lavradores e domésticos. A população, que atualmente pertence à comunidade, possui vínculos de descendência com estes escravos e, além disso, os aponta como referenciais de ancestralidade através dos quais são estabelecidas sua identidade étnica, sua pertença comunitária e seu direito ao território em questão.

No entanto, o passado da comunidade não se restringe aos negros cativos, mas também a escravos foragidos ou livremente estabelecidos nos interstícios das fazendas. Ocorre que ambas fazendas eram separadas entre si por diversos morros, ainda denominados pelos moradores da comunidade como Morro Alto, Morro das Crioulas, Morro do Chiquinho e Morro da Vigia⁴. Cobertos por mato, estes morros eram ideais para a circulação e o estabelecimento da população negra para além da exploração e do olhar senhoriais⁵. Muito pelo contrário, eram os negros que vigiavam a fazenda: o Morro da Vigia é assim denominado porque do alto dele era possível visualizar o panorama de toda região a fim de resguardar a segurança dos foragidos.

Mais do que isso, a travessia dos morros oportunizava o contato entre cativos de ambas fazendas (é por isso que o Morro das Crioulas possui este nome: através dele as “crioulas” atravessavam de um lado para outro), que assim teciam redes de sociabilidade entre si e com os estabelecidos em ranchos nos matos. As depressões existentes entre os morros supracitados eram utilizadas como trilhas que ligavam as fazendas, e o início e o final de cada uma delas foi-nos apontado pelos informantes entrevistados. Estas redes eram marcadas por festas, relações de matrimônio e compadrio, em suma, por experiências de liberdade que demonstram que a vivência dos avós e bisavós dos atuais moradores da região não se resumiam à exploração de sua mão-de-obra por parte dos senhores escravistas.

É necessário observar que o trabalho escravo não se restringia à produção para os senhores, na medida em que parte do tempo e do trabalho daqueles que conseguiam estabelecer núcleos familiares eram voltados para o cultivo de roças. Permitir esta possibilidade foi uma prática recorrente no escravismo brasileiro, como forma de disciplinar a população cativa: com vínculos familiares e acesso a um cultivo próprio, pretendia-se estabelecer um enraizamento territorial dos escravos, de forma a inibir eventuais fugas.

⁴ Na toponímia oficial, o Morro da Vigia é denominado de Morro das Domingas; o Morro Alto conserva a mesma denominação; e os demais, não constam.

⁵ O papel do mato, como abrigo para foragidos, é apontado tanto pela memória de diversos moradores entrevistados como pela documentação policial oitocentista.

As leis anti-escravistas da segunda metade do século modificaram gradualmente a dinâmica das fazendas em questão. Se o fim do tráfico negreiro dificultou o abastecimento de braços cativos (embora não tenha cessado integralmente, já que existem indícios de que as famílias senhoriais recorreram ao tráfico ilegal), intensificaram-se os vínculos familiares da população escrava no interior da fazenda. Na medida em que ia ocorrendo a decadência do regime escravista na região, as famílias Marques da Rosa e Osório Marques foram redirecionando seus interesses econômicos para outras regiões – como Capivari e São Francisco de Cima da Serra – que se revelaram mais lucrativas. As fazendas do Morro Alto e de Aguapés foram relegadas a um segundo plano.

Contudo, no pós-abolição do regime escravista, se as famílias senhoriais foram progressivamente abandonando a região, as famílias negras ali permaneceram sob diversas formas. Em alguns casos, os ex-senhores foram se desfazendo de suas propriedades ali – seja através da doação de terras para famílias de ex-escravos (da qual o testamento de Rosa Osório Marques é um exemplo eloqüente), ou de vendas para os mesmos. Algumas famílias receberam terras em pagamento por trabalho gratuito fornecido no pós-abolição, ou mesmo passaram a tomar conta de terras abandonadas pelos senhores. De qualquer forma, é importante destacar que a permanência na região destas famílias expressa uma forma de resistência – a resistência através da permanência.

Das aquisições realizadas pelas famílias que ali permaneceram, a maioria não recebeu uma garantia legal de suas propriedades. Muitas não possuíam documentos legais que garantissem sua presença, sendo comum a mera emissão de recibos sem o devido registro no cartório de imóveis. Mesmo aqueles que tinham sua presença teoricamente salvaguardada através de um documento legal – o testamento de Rosa Osório Marques – não foram respeitados, chegando, em alguns casos, a ter que comprar terras que já lhes pertenciam.

Sendo assim, o campesinato negro que se formou na região depois da abolição da escravidão esteve muito vulnerável à invasão e perda de suas terras para brancos que ali se estabeleceram à sua revelia. A partir da década de 1950, quando ocorreu a abertura da rodovia federal, as terras da região do Morro Alto voltaram a ser valorizadas economicamente, e os moradores sofreram intenso processo de perda de terras. Os expedientes utilizados pelos invasores foram diversos: através do cercamento de terras com arame farpado, do registro irregular de parcelas do território, ou mesmo nos processos de medição de terras visando à construção da estrada. Suas terras cortadas pelo trajeto da rodovia jamais foram indenizadas.

A comunidade teve seus referenciais de espacialidade deslocados dos morros para a estrada. As trilhas através dos matos deixaram de ser utilizadas em prol da rodovia, e ocorreu a imposição de novas atividades econômicas. Os morros passaram a ser devastados através da

extração de pedras para a construção da estrada, em um primeiro momento, e posteriormente para a construção civil nas praias de veraneio do litoral norte. Por esta razão, muitos moradores, estabelecidos nas encostas do morro tiveram que se deslocar para a margem da estrada.

Vidas foram perdidas e seqüelas foram deixadas naqueles que trabalharam na brutal extração de pedras. De camponeses, grande parte deles se tornaram mão-de-obra barata para a construção, para a extração de pedras, ou para serviços de baixa qualificação nas cidades litorâneas, sem contudo nunca perderem seus vínculos territoriais e afetivos com Morro Alto, reconhecido e reivindicado como lar de seus avós, onde sua identidade e sua vida estão calcadas. Como o território abaixo do morro não era suficiente para abrigar a todos, particularmente diante da expropriação que a comunidade vinha sofrendo, ocorreu o êxodo rural, com moradores sendo obrigados a se estabelecerem em cidades como Osório ou Capão da Canoa.

No entanto, em paralelo à trajetória de exploração e de expropriação que a comunidade do Morro Alto sofreu desde o tempo da escravidão, há também uma trajetória de luta e de resistência, através da qual os seus moradores logram ali permanecer, apesar de todas as dificuldades, sem perderem suas especificidades culturais, seus vínculos sócio-históricos e sua identidade étnica. No tempo da escravidão, esta resistência se expressou por meio do estabelecimento autônomo nos morros e na circulação através dos mesmos, para além da realidade da exploração do trabalho cativo. No imediato pós-abolição, através da insistência em permanecer na região e em conservar os vínculos sociais e culturais, enfim, do enraizamento naquele território. Finalmente, diante dos processos de expropriação de terras que marcam a comunidade na segunda metade do século XX, ocorreram processos de mobilização reivindicando a reforma agrária e também batalhas judiciais visando recuperar terras perdidas. Por fim, na atualidade, os moradores do Morro Alto, organizados em uma associação que recebeu o nome de Rosa Osório Marques, visam manter as terras possuídas e recuperar terras perdidas através da luta pelo reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, nos termos da Constituição Federal.

3. Análise das Potencialidades e das Alterações Ambientais na Área Ocupada pela Comunidade de Morro Alto e Arredores

A área de comunidade de Morro Alto e arredores está situada dentro de uma área reconhecida pela UNESCO, desde 1992, como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Segundo GERHARDT *et al* (2000), as florestas do litoral e da escarpa do Planalto Basáltico voltadas para leste do Rio Grande do Sul, próximas ao município de Maquiné, encontram-se na região da Floresta Ombrófila Densa. Além disso, o município localiza-se numa área de encontro de diferentes formações vegetais (Floresta Atlântica, Floresta Araucária, Floresta estacional

Semidecidual), caracterizando a importância da conservação destes ecossistemas e da preservação dos recursos naturais.

Na época do descobrimento, segundo GERHARDT *et al* (2000), a Floresta Ombrófila Densa ocupava cerca de 12% do território brasileiro, restando hoje menos de 5% da sua cobertura original. O município de Maquiné localiza-se próximo ao limite sul deste tipo de formação vegetal, sendo a área de estudo representada basicamente por:

Floresta das Terras Baixas: reveste as áreas com sedimentos de origem pluvial, marinha e lacustre do período quaternário numa faixa que vai de 5 a 30m acima do nível do mar. A mata ciliar existente nas margens dos rios foi bastante devastada.

Floresta Submontana: reveste desde áreas planas até áreas de maiores altitudes, ou seja, nas áreas de transição entre as áreas planas e as baixas vertentes dos morros. A altitude deste extrato encontra-se entre 30 e 400m, com predominância de solos profundos e árvores de 25 a 30m. Pouco resta desta formação, havendo áreas quase que totalmente ocupadas pela vegetação secundária.

A intensa atividade humana nestes ecossistemas acarretaram a destruição de grande parte da vegetação original. Como mencionado anteriormente, a presença esparsa de coqueiros pelas campos de gramíneas indicam o desmatamento das áreas de Planícies Costeiras, pois os mesmos têm sua origem no interior da Mata Atlântica. Tal evidência é corroborada pelos relatos de moradores antigos que testemunharam o processo de desmatamento dessas áreas de floresta. Em diversas ocasiões, ao caracterizar a vertente oriental do Morro Alto, afirmou um morador da região:

Morador – Não existia nada.

Marcelo – Ali era mato?

Morador – Ali tudo era mato.⁶

(...)

Morador – Naquele tempo era tudo aberto, isso tudo era mato... era mato como aquele morro ali. (...)Não, era tudo mato, era tudo mato. Nós dirrubemo [sic] tudo, isso tudo era mato, como aquele mato lá, era tudo mato isso aqui...Que era tudo isso aqui, isso aqui...Que era tudo mato isso aqui, não tinha nada lá...⁷

Em decorrência do processo de ocupação, os estabelecimentos agrícolas estão distribuídos ao longo de vários tipos e formas de relevo, podendo ocupar desde o divisores de águas no topo dos morros até a beira dos rios, lagoas e demais áreas planas. A distribuição espacial das propriedades agrícolas não possuem um acesso uniforme aos diferentes tipos e formas de relevo, apresentando vantagens e desvantagens em relação ao potencial de uso da terra para fim agropastoril. Essa situação pode ser atribuída, em grande parte, a diversidade encontrada nos ecossistemas locais em função, basicamente, da diversidade de condições

⁶ Entrevista com morador em Morro Alto no dia 6/09/2001, realizada por Marcelo Vianna, Míriam Chagas e Rodrigo de Azevedo Weimer.

⁷ Entrevista com morador em Morro Alto no dia 13/09/2001, realizada por Míriam Chagas e Paulo Moreira

geomorfopedológicas da região. Esta característica pode explicar, ainda que parcialmente, as diferenças encontradas entre as propriedades agrícolas localizadas nos diferentes unidades morfológicas em relação ao uso da terra e, conseqüentemente, em relação a renda obtida e as condições de vida das famílias dos agricultores.

De modo geral, as propriedades que ocupam as áreas referentes a Unidade do Planalto Basáltico (representado por morros e colinas), na área de estudo, possuem cobertura vegetal do tipo Floresta Ombrófila Densa e vegetação secundária. Essas parcelas cultivam algumas culturas anuais como o milho e o feijão e utilizam também o cultivo da banana, do abacaxi e das pastagens naturais. Nas encostas dos morros são realizadas, por vezes, atividades de extração de produtos florestais (palmito, samambaia-preta, etc).

As propriedades que ocupam a Unidade de Planície de Terras Baixas Costeiras, na área de estudo, possuem cobertura vegetal de mata galeria bastante devastada ao longo dos cursos d'água e pequenas áreas de florestas de terras baixas preservadas, além da vegetação típica de áreas alagadas (banhados). As áreas de mata esparsas, nos campos de gramíneas, foram resguardadas do desmatamento generalizado desta região para, segundo relatos de moradores, a criação de efeitos micro climáticos essenciais para a criação de gado e de práticas agrícolas (diminuição de temperatura, diminuição da velocidade dos ventos, entre outros). As principais atividades dessa região são a pecuária de corte, o gado leiteiro, o plantio da mandioca, a pesca e, em menor escala, a olericultura, as hortaliças e o plantio de arroz irrigado.

Embora toda a Unidade de Planície Costeira apresente-se basicamente como uma área plana com solos bastante arenosos, pode-se fazer uma diferenciação com relação ao uso da terra dentro das formas de relevo identificadas na área de estudo. As Planícies Lagunares com Cordões Arenosos, devido sua formação deposicional eólica, possuem solos incipientes em sua formação, com teores de umidade muito baixos. Estas características dificultam o cultivo de determinados produtos que requerem solos com relativa qualidade agrícola. Neste caso, observa-se que esse compartimentos é utilizado praticamente para a criação de pecuária de corte, gado leiteiro e pequenas roças de mandioca e de milho, além da extração de areia para uso comercial. Enquanto que nas Planícies Lagunares e Fluviais/Deltáicas é possível o cultivo de hortaliças, de legumes e de arroz irrigado.

A partir dos estudos históricos e trabalhos de campo pode-se constatar que as áreas transferidas para os negros através de testamentos, bem como as áreas em que os negros puderam permanecer por aquisição ou concessão, são aquelas que situam-se nas Planícies Lagunares com Cordões Arenosos e nas Formas em Morros. No caso das terras ocupadas e/ou adquiridas na localidade de Aguapés, isto é, situada em Formas de Planície Lagunares, esta corresponde a uma área de banhado. Esta situação proporciona uma limitação nas possibilidades

de uso econômico da terra pelas famílias negras, conseqüentemente uma renda inferior para os ocupantes dessas áreas. Tem-se um exemplo desta situação: no caso de um morador da comunidade que possui terras na encosta do morro, onde planta bananas.

Morador – Banana tá muito ruim também. Preço. Banana tem alguns aí pagando três pila a caixa, outro com um e cinqüenta a caixa. Dezoito quilo, vinte quilo. Só mesmo pra não perdê o morro, né.

Rodrigo – Pra não perde o morro ?

Morador – Só pra não perde. Que tá mal mesmo, tá ganhando aí esse preço, né. Não compensa, né. Dinheiro pra pagá frete, companheiro pra cortá, que é que sobre pro troco, sobre nada⁸.

Por outro lado, parte significativa das terras perdidas pela comunidade através de diversos processos de expropriação correspondem as áreas situadas em formas de Planícies Lagunares e Fluviais Deltáicas, ou seja, áreas de maior potencial agrícola, logo maior valorização econômica. São essas terras pelas quais a comunidade atualmente se mobiliza para recuperar.

3.1 Principais Alterações Ambientais

A análise das unidades do meio físico com base nas formas de relevo engloba diversas relações entre os componentes da natureza. O estudo integrado dos elementos da natureza proporciona uma avaliação da dinâmica da paisagem natural e, desse modo, possibilita construir referências as quais permitem identificar modificações na dinâmica diante do uso e da apropriação do território pelas atividades humanas. Assim, esse estudo possibilita a análise das alterações ambientais mediante a identificação das principais atividades humanas. Entre as principais alterações ambientais identificadas na área podemos citar:

Degradação da Cobertura Vegetal: a atividade extrativista de espécies nativas de uso ornamental (samambaia, orquídeas, bromeláceas e xaxins), desenvolvida por pequenos agricultores familiares locais e dos arredores, promove uma exploração excessiva deste recurso florestal. Convém destacar que a extração de produtos florestais é regulamentada pela legislação federal e estadual e que a fiscalização procura inibir práticas extrativistas de forte impacto. No entanto, segundo GERHARDT *et al* (2000), essas práticas são uma decorrência de um longo processo de empobrecimento de uma parte significativa dos pequenos agricultores familiares locais que, para agravar a situação, são confrontados pela ação de alguns atravessadores que dominam o comércio da samambaia-preta, impondo preços baixos aos “samambeiros” (agricultores e moradores que se dedicam a extração de samambaia-preta), obrigando-os a realizarem uma intensa exploração das áreas de produção desta espécie de samambaia.

Contaminação das Águas Superficiais: segundo levantamentos feitos em vários pontos de captação de águas do rio Maquiné, foram encontrados níveis de contaminação por metais

⁸ Entrevista com moradores de Morro Alto no dia 3/12/2001, realizada por Alessandro Garcia Gomes e Rodrigo de Azevedo Weimer.

pesados significativos (GERHARDT *et al*, 2000). Tal contaminação é decorrente do intensivo manejo das áreas de várzeas existentes ao longo do rio Maquiné, principalmente pela produção de hortigranjeiros. Esse sistema de cultivo requer uma elevada carga de produtos químicos, adubos minerais ou agrotóxicos. Além desses efeitos de contaminação das águas, a eliminação da vegetação na beira dos rios e o uso inadequado do solo, contribuem para o agravamento dos fenômenos de erosão e assoreamento dos rios e lagoas.

Essa situação de poluição ambiental acarreta graves impactos sociais e ambientais na região, criando um grande impedimento ao desenvolvimento de atividades de grande potencial econômico como o turismo ecológico, além de comprometer significativamente a atividade pesqueira. De acordo com os relatos dos moradores, ocorreu uma enorme diminuição na quantidade e na variedade de peixes nos últimos anos no rio Maquiné e na Lagoa dos Quadros. Muitos associam essa degradação com o uso de herbicidas, fungicidas ou inseticidas no manejo agrícola do arroz irrigado e de outras culturas.

Em trabalho realizado por TAVARES (1999), com o objetivo de verificar a qualidade das águas na bacia hidrográfica do rio Maquiné, é possível obter valores de alguns parâmetros que possibilitam avaliar a contaminação das águas superficiais do referido rio. Para esse trabalho, TAVARES (1999) utilizou os dados produzidos pela Secretaria de Saúde e do Meio Ambiente-SSMA (1989), do Comitê de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Sul-CRH/RS (1997) e de trabalho realizado por Guidotti e Guerra (1999) durante os anos de 1988, 1989, 1996, 1997 e 1998. Para o curso inferior do rio Maquiné pode-se verificar, entre as análises realizadas, algumas mais elucidativas quanto à contaminação de suas águas, que são:

- os valores de coliformes fecais registrados tiveram grande variação, apresentando índices de 480, 2.400 e de 3.000 por mililitros entre as medidas realizadas. Segundo a resolução nº 20 do CONAMA de 1986 são considerados no máximo 1.000 coliformes fecais por mililitros para que as condições da água sejam satisfatórias;
- com relação ao fósforo foram encontrados valores de 9,7 e 15,1 que ultrapassam significativamente o valor limite estabelecido pela Resolução nº 20 do CONAMA de 1986. Esses valores são indicativos do uso de fertilizantes químicos e detergentes;
- concentração elevada de mercúrio, desde o curso superior até o inferior, com valores de 0,29, 0,31, 0,39, 0,46 (ug/l), não tendo sido identificada a área fonte de contaminação. Pode-se inferir que esteja relacionada com os sub-produtos de insumos agrícolas. O valor máximo estabelecido pela resolução nº 20 do CONAMA de 1986 é de 0,2 ug/l.

Retirada da Cobertura Vegetal e Alterações na Morfologia Original: a presença de pedreiras e de empresas de extração de areia nas localidades de Morro Alto e Ribeirão promovem a retirada da cobertura vegetal nativa e alteram a morfologia original dos morros e

das planícies. A eliminação da cobertura vegetal nativa ocorre em uma área reconhecida pela UNESCO, desde 1992, como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Em seguida, ocorrem modificações na morfologia através da elaboração de cortes e da criação de superfícies expostas ligadas à mineração. A modificação do relevo promove a criação, indução e intensificação ou modificação do comportamento nos processos geomorfológicos, gerando novos padrões de comportamento morfodinâmico (FUJIMOTO, 2001). Em geral, rompe-se a dinâmica geomorfológica natural e passa-se a intensificar os processos erosivos e deposicionais.

Uma vez que as terras ocupadas pela comunidade não são as de melhor potencial na prática da agricultura, muitas pessoas tiram sustento das pedreiras, seja arrendando-as a terceiros, seja trabalhando diretamente nelas. Muitas pessoas da comunidade participaram da retirada da cobertura vegetal para iniciar a extração de pedras porém, o domínio sobre as pedreiras foi perdido para as famílias brancas na maior parte dos casos, restando à comunidade empregar-se como assalariados nas mesmas.

Moradora – Meu marido trabalhava nas duas pedreira. Aquelas duas pedreira lá é ele que trabalhava. (...) Tinha, quem abriu as duas pedreira foi ele. (...) Me invadiram, né. Invadiram, ficô o Osvaldo lá, ainda eles tão sempre chafurdando. É, né, a roalhada foi muuuito grande.⁹

Ainda que as pedreiras oportunizem emprego a grande parte da comunidade, seus habitantes sofrem diversos inconvenientes em virtude dessa atividade econômica. Suas casa apresentam rachaduras em função de explosões constantes, há registros de mortes de trabalhadores, assim como ocorreu um êxodo da população que morava em cima do Morro Alto devido à impossibilidade de ali permanecer diante dos abalos.

Rodrigo – Tinha que sai de casa quando tava funcionando a pedreira?

Morador – Quando tava...

Moradora – Não, quando ia dá os estrondo, aqueles, pra derrubá as pedra no chão, aí eles avisavam, a gente tinha que sai, e ir pra longe pra não ter problema, né de...

Rodrigo – Porque, qual era o perigo ?

Morador – Ah, é.

Moradora – As pedras.

Morador – As patadas que dá as patada vem pedra muito longe.

Alessandro – Saltava aqui e quebrava as coisa de vocês?

Moradora – Imagina que uma vez saltô uma pedra lá na faixa que bateu no braço de um motorista de caminhão!

Alessandro – Eles não, e aí quando aconteceu isso aí eles pagavam, ou, que que aconteceu ?

Moradora – Aí eu não sei como é que ficô.

Morador – Pagavam sim. Até pagavam assim, quando acontece de quebrá aí um cara, botavam outro, que é perigoso.

(...)

Rodrigo – Vocês? Já acertou algum bicho de vocês, na casa, alguma pessoa, já teve um acidente por causa da pedreira ?

Morador – Não graças a Deus, não.

Rodrigo – Vocês tiveram foi sorte!

Moradora – Só do guri aquele que morreu.

⁹ Entrevista com moradora em Osório no dia 28/11/2001, realizada por Rodrigo de Azevedo Weimer. Esta moradora pleiteia uma indenização por parte do DNER pelo fato das pedreiras abertas por seu marido terem sido usadas na pavimentação da estrada, sem ela nunca ter recebido a devida remuneração.

Morador1 – Ah, morreu um rapaz ali.

Rodrigo – Morreu um rapaz ?

Moradora – Morreu um rapaz, as pedra caiu tudo por cima.

Alessandro – Que tava trabalhando ? Daqui ele ?

Moradora – É.

Alessandro – Quem era ?

Moradora – Era filho do Salvador ali.

Morador – Um moreno, as pedras caiu nele.

Moradora – Ele tava trabalhando, de repente as pedra veio tudo por cima, matô. O rapaz. Foi embaixo de tudo com os pedregulho.¹⁰

O conjunto de problemas ambientais apresentados na área da comunidade de Morro Alto mostra as formas predatórias de apropriação da natureza pela sociedade. A análise de quem produz e como se produz os espaços degradados reflete uma profunda exclusão social e econômica no âmbito local, onde a degradação ambiental tem sido fruto de uma relação dos grupos sociais com a natureza.

4. Considerações Finais

A inserção de um profissional da Geografia na elaboração do relatório técnico ocorreu no decorrer da pesquisa implementada, mas precisamente, nos meses finais de sua elaboração. Neste sentido, o pouco tempo de participação prejudicou o seu diálogo com os profissionais envolvidos desde o início dos trabalhos. Outras áreas do conhecimento da Geografia poderiam ter contribuído para fortalecer os argumentos sobre o reconhecimento da Comunidade Negra de Morro Alto como remanescente de quilombos.

A demanda por um profissional da geografia surgiu pela necessidade, mais urgente, de construir argumentos que reforçassem narrativas resgatadas pela história oral e por relatos atuais sobre a compreensão que os moradores de Morro Alto possuem sobre seu próprio ambiente. No entanto, parece fundamental registrar que a contribuição da Geografia atendeu a demanda solicitada e avançou, mais precisamente, através da Geografia Física, devido a formação do profissional envolvido.

A grande contribuição da Geografia Física foi demonstrar que parte significativa das terras perdidas pela comunidade negra, através de diversos processos de expropriação, correspondem as áreas com maior potencialidade agrícola, isto é, maior valorização econômico e que são essas terras que a comunidade atualmente se mobiliza para recuperar. Essa análise reflete um aspecto da profunda exclusão social da comunidade negra, aquela evidenciada nas relação do grupo com a natureza.

¹⁰ Entrevista com moradores em Ribeirão/Morro Alto no dia 3/12/2001, realizada por Alessandro Garcia Gomes e Rodrigo de Azevedo Weiner.

5. Agradecimentos

Os autores agradecem os valiosos depoimentos da comunidade Negra de Morro Alto. A colaboração de Siclério Ahlert e Raquel Ferreira de Castro na elaboração dos mapas para o relatório. A equipe técnica de elaboração do relatório é aqui registrada: no grupo de antropólogos Dra. Daisy Barcellos, Ms. Miriam Chagas e Ms. Cíntia Beatriz Muller; Bel. Mariana Balen Fernandes e Bel. Alessandro Garcia Gomes; integraram a equipe de historiadores Dr. Paulo Moreira, Bel. Rodrigo Weimer, Bel. Marcelo Vianna e Bel. Arnaldo Santos e a geógrafa Dra. Nina Simone V. Moura Fujimoto.

6. Referências

- BARCELLOS, D. M. (org.), **Comunidade Negra de Morro Alto: Historicidade, Identidade, Territorialidade e Direitos Constitucionais**. Relatório Histórico, Antropológico e Geográfico sobre o Reconhecimento da Comunidade Negra de Morro Alto com base no art. 68 – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Magna Brasileira de 1988. Porto Alegre: Convênio Fundação Cultural Palmares e Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2002.
- FUJIMOTO, N.S.V.M. **Análise Ambiental Urbana na Área Metropolitana de Porto Alegre-RS: Sub-bacia Hidrográfica do Arroio Dilúvio**. 2001. Tese (Doutoramento em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- GERHARDT, C.H.; TRIAN, L.C.; GUTERREZ, L.M.; MAGALHÃES, R.G.; FERREIRA, L. O. & MIGUEL, L.A. **Caracterização do Meio Rural do Município de Maquiné – RS: Subsídios para um Desenvolvimento Rural Sustentável**. Relatório de Pesquisa, Associação Ação Nascente Maquiné (ANAMA), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e Prefeitura de Maquiné, Porto Alegre: 2000.
- GONÇALVES, J.M.S. & SANTOS, N. M. Análise das Classificações do Relevo para o Rio Grande do sul. *In* **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre: AGB-PA, 1985. p. 3-20.
- HORN FILHO, N.O. **Geologia das Folhas Torres, Três Cachoeiras, Arroio Teixeira e Maquiné, Nordeste do Rio Grande do Sul**. 1987. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências/UFRGS, Porto Alegre: 1987.
- O'DWYER, E. C. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. *In*: O'DWYER, E. C. (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: ABA/FGV, 2002. p. 43-81.
- TAVARES, M.R.P. **Bacia Hidrográfica do Rio Maquiné, Maquiné/RS: Subsídios para o Zoneamento Ambiental**. 1999. Monografia (Especialização em Geografia) - Departamento de Geografia, Instituto de Geociências /UFRGS, Porto Alegre: 1999.
- VILLWOCK, J.A. **Geology of the Coastal Province of Rio Grande do Sul, Southern Brasil a Synthesis**. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 1984. p. 5-59.